

Guedes quer acelerar desvinculação do Orçamento

O governo não vai aguardar o encerramento da tramitação da reforma da Previdência para enviar ao Congresso a proposta que prevê ampla desvinculação do Orçamento, afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo.

Ao argumentar que a situação financeira dos estados exige que o tema seja tratado com urgência, Guedes disse que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) será entregue para tramitação inicial no Senado.

A proposta de reforma na Previdência, por sua vez, terá análise iniciada na Câmara.

De acordo com o ministro da Economia, o governo apresentará o projeto ao Congresso “o mais rápido possível”.

Antes mesmo da eleição do presidente Jair Bolsonaro, reportagem da Folha mostrou que a equipe de Guedes trabalhava na elaboração da proposta que promoverá uma desvinculação total do Orçamento, com a descentralização dos recursos, o que beneficiaria estados e municípios.

Em discurso de posse, em

janeiro, Guedes chegou a tratar a ideia como um plano B para o caso de não aprovação da reforma da Previdência.

Na entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, publicada neste domingo (10), entretanto, ele afirmou que o texto ganhou vida própria diante do rombo nas contas dos estados e municípios.

“São dois projetos grandes e importantes. Um entrando pelo Senado, outro pela Câmara. Eu até achava que a gente iria segurar um pouco para fazer uma coisa de cada vez. Só que a situação político-financeira de estados e municípios está pedindo isso já”, disse.

Segundo ele, a medida fará com que despesas deixem de ser obrigatórias e, com isso, os políticos assumirão protagonismo e terão controle de 100% do Orçamento.

“Os governadores e os prefeitos, que estão todos quebrados, dizem: ‘Pelo amor de Deus, pelo amor de Deus, faz alguma coisa’”, disse Guedes, ao explicar por que considera que o timing político para aprovar a medida seria já.

Nesse sentido, José Francisco de Lima Gonçalves, economista-

chefe do Banco Fator, acredita que o encaminhamento da proposta de desvinculação e desindexação orçamentária dependeria menos da competência do governo, pois a ideia seria justamente usar a dos governadores.

“O tema vem junto com a questão federativa, e aí os governadores são um importante apoio. Para eles e também muitos prefeitos, reformas na área fiscal se misturam.”

Na opinião Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados, a proposta é válida para discussão, mas o ideal seria que o governo concentrasse esforços na votação da Previdência na Câmara.

“Até para que não se leia isso como plano B, como o próprio ministro disse durante a sua posse. Pode passar a ideia de que não se crê que a reforma da Previdência será a melhor possível, o que, no final, vai contra o próprio discurso do próprio Guedes.”

Para Vale, a pressão contra a medida que prevê a desvinculação do Orçamento deverá ser maior que a sobre a reforma da Previdência, em que pese ser necessária, em sua avaliação. “Os grupos sociais e os





próprios ministérios serão fortemente contra essas desvinculações.”

Na entrevista, Guedes ainda afirmou que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) tem de devolver aos cofres do Tesouro Nacional R\$ 126 bilhões neste ano, sendo pelo menos a metade no primeiro semestre. “Não sei se ele [Joaquim Levy, presidente do banco] quer, mas vai ter de devolver.”

Sobre o rombo fiscal do governo federal, o ministro afirmou que vai “tentar o impossível” para zerar o déficit ainda neste ano. A meta prevista para 2019 é um resultado primário (sem contar o pagamento de juros) negativo de R\$ 139 bilhões.

Plano de Guedes é recebido com reserva

Projeto de deixar orçamento público todo nas mãos dos políticos esbarra, por exemplo, nos gastos com pessoal e Previdência, diz economista

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

A declaração do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que o governo articula um projeto para acabar com os gastos obrigatórios nos orçamentos federal, estaduais e municipais, deixando a definição dos gastos nas mãos dos políticos, foi recebida com reservas. Um líder de partido da base aliada chamou a proposta de "ilusão", e cobrou gestos mais concretos do governo na direção de conseguir apoio à reforma da Previdência. Os líderes partidários também acham difícil o ministro sensibilizar os parlamentares com a sinalização de que dá para ceder no ponto mais polêmico da reforma da Previdência – o que muda as regras do benefício assistencial para idosos de baixa renda.

O Congresso segue resistente a qualquer mudança no chamado BPC e pretende manter inalterado o modelo atual. Em entrevista exclusiva ao Estado, publicada no domingo, Guedes defendeu que os políticos devem ter poder para controlar 100% do orçamento da União, Estados e municípios, em vez de discutir apenas uma fatia

menor das despesas que contemple as emendas parlamentares. Mas, para um líder de partido aliado ao governo (que pediu anonimato), Guedes está "vendendo ilusão" ao dizer que dará prestígio ao Congresso com controle total sobre o Orçamento. Para ele, os parlamentares não embarcarão nessa ideia sem algo concreto. Na avaliação desse líder, o governo e a equipe econômica precisam deixar o discurso da campanha de lado e "fazer gestos" antes da reforma.

A proposta de Guedes para o Orçamento também foi recebida com reservas entre economistas, que alertam para a dificuldade de delegar efetivamente a decisão sobre todo o R\$ 1,5 trilhão – o tamanho só do orçamento federal. "Eles (parlamentares) não podem realocar os R\$ 600 bilhões da Previdência, ou os R\$ 300 bilhões de pessoal", diz o economista Guilherme Tinoco, especialista em finanças públicas. "Seria melhor que o ministro falasse onde quer cortar, porque no final o que importa é onde vai conseguir diminuir a despesa." Benefício assistencial. Na entrevista, Guedes disse também acreditar que uma alteração na proposta para o benefício assistencial aos idosos facilitaria a aprovação da reforma da Previdência no Congresso.

Hoje, os idosos de baixa renda

têm direito a um salário mínimo a partir dos 65 anos. O governo quer elevar essa idade para 70 anos, mas antecipando um valor de R\$ 400 a partir dos 60 anos. Para o ministro, com patamares de 62 anos para o recebimento inicial e 68 anos para atingir um salário mínimo e elevando o valor de partida para R\$ 500 ou R\$ 600, a medida "passa". O líder do PSL na Câmara, Delegado Waldir (GO), avalia que Guedes demonstrou "maturidade no trato com o Parlamento". "Sem dúvida nenhuma o ministro age de forma muito inteligente e diplomática ao sinalizar com diálogo", afirma. Para o líder do PR na Câmara, José Rocha (BA), porém, a mudança no benefício assistencial deve acabar sendo excluída do texto da reforma da Previdência, mesmo que Guedes emplaque as flexibilizações sugeridas na entrevista.

"Acho que dificilmente o BPC passará como está colocado, ou com modificações. Deve ser mantido como está hoje, a não ser que o próprio beneficiário concorde que a mudança trará ganhos", afirma. O líder do DEM na Câmara, Elmar Nascimento (BA), também prevê que as resistências continuarão. "Aposentadoria rural e BPC não tem saída. Não vai mudar (a regra atual)", diz.